

## Senhores Acionistas,

A Diretoria Executiva da Mineração Rio do Norte S.A. (MRN), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o relatório com o resumo dos principais acontecimentos do ano de 2013, juntamente com as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes.

## Principais destaques de 2013

O ano de 2013 foi caracterizado pelos desafios de produção, simultaneamente com a finalização das obras de implantação da mina de Monte Branco, seu *start up* e *ramp up* que se concretizaram em setembro de 2013. Em paralelo, foi dada continuidade à implementação das 5 linhas do projeto de melhoria da planta, que tem seu início de operação prevista para março de 2014.

Os trabalhos de estudo para a construção da linha de transmissão em alta tensão e mudança de matriz energética pela MRN continuam sendo desenvolvidos para identificação da melhor alternativa a ser implementada, e será objeto de aprovação junto aos acionistas no ano de 2014, em conjunto com os estudos de FEL 2 e FEL 3 do projeto de continuidade das atividades de lavra dos recursos dos Platôs da Zona Oeste a partir de 2022 (LOMP- *Life of Mine Plan*).

O mês de dezembro de 2013 foi marcado por uma importante transição na Mineração Rio do Norte. Júlio Sanna, que esteve a frente da companhia por dez anos, deixou a empresa, e o engenheiro Silvano de Souza Andrade assumiu o cargo de diretor presidente da companhia.

## Produção e vendas

Em 2013, produzimos 17,27 milhões de toneladas de bauxita, 0,8% acima dos 17,13 milhões de toneladas de 2012. As vendas somaram 17,0 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 0,9% comparadas com o volume de 16,9 milhões de toneladas vendidas em 2012.

Do total de vendas, 52% foram destinadas ao mercado interno, suprimindo as refinarias da Alunorte e da Alumar e 48% foram destinadas ao mercado externo, sendo 20% para os Estados Unidos, 12% para o Canadá, 10% para a Europa e 6% para a China.

Os teores médios de qualidade do minério obtidos em 2013 foram de 50,19% de alumina aproveitável e 4,39% de sílica reativa.

## Gestão da qualidade

O Programa de Gestão da Qualidade da MRN é apoiado em treinamento e desenvolvimento de pessoas, visando à melhoria permanente de seus processos.

O bom desempenho do Programa 5S é traduzido na qualidade da organização e arranjo das instalações da MRN, contribuindo para a prevenção de acidentes e a preservação do meio ambiente nos diversos locais de trabalho. De acordo com a metodologia do Programa, temos 110 ambientes classificados em diferentes estágios, sendo 01 ambiente no 3ºS (0,9%) e 109 ambientes no 5ºS (99,1%).

Contamos ainda com o envolvimento, o comprometimento e a motivação de nossos empregados próprios e contratados que participaram voluntariamente do Programa CCQ (Círculos de Controle de Qualidade). Em 2013, o Programa contou com 140 grupos, compostos por 1.046 circuístas, que concluíram 162 projetos de melhoria. O CCQ conta com a adesão de 71% do nosso quadro total de empregados. Em reconhecimento pelo esforço e dedicação nos trabalhos desenvolvidos, além das homenagens e premiações internas da MRN, o grupo vencedor representou os grupos de circuístas da MRN no XXIX Congresso Nacional de CCQ, realizado na União Brasileira para a Qualidade - UBQ em Belo Horizonte - MG, no dia 04 de setembro de 2013, com todas as despesas pagas pela companhia.

## Recursos Humanos

Nossa produtividade em 2013 foi de 12.701 toneladas de minério por empregado, contra 13.137 toneladas produzidas por empregado em 2012, considerando um efetivo médio naquele ano de 1.304 profissionais. Ao longo de 2013, contamos com o efetivo médio de 1.360 empregados ativos, sendo 87% originários do estado do Pará, 2% dos demais estados da Região Norte e 11% de outros estados. O total de 89% de empregados da região Norte reflete o nosso compromisso de valorizar e desenvolver a mão de obra da região.

A MRN colocou em prática seu novo acordo de participação de seus empregados nos resultados da empresa (PR), negociado em 2013 e com vigência até 2015. O modelo é baseado em metas vinculadas aos resultados corporativos e das áreas em que a empresa está dividida, de caráter coletivo, e prevê o pagamento de até 5 salários anuais, dependendo dos resultados obtidos nas metas a serem estabelecidas no primeiro trimestre de cada ano, fazendo valer todo o esforço na conquista do resultado.

Ainda na área de Recursos Humanos, foram concedidos benefícios adicionais aos empregados no ano de 2013, tais como financiamento de material didático e cesta de natal.

Em 2013, a MRN deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (PQV), com ações voltadas à promoção da melhoria da saúde, na forma de palestras, eventos abertos à comunidade, além de estímulo à prática esportiva monitorada. As ações que levaram a marca PQV foram desenvolvidas em prol da coletividade, da socialização e em busca de resultados significativos para empregados, cônjuges e colaboradores de empresas contratadas.

Também tiveram destaque em 2013 as ações do programa Começar de Novo, que agrega valores e conhecimento através de cursos e palestras aos empregados que estão em vias de se aposentar, acompanhados de seus cônjuges. Este programa é realizado a cada dois anos, sendo que em 2011 participaram 39 empregados e 36 cônjuges e no ano de 2013 contamos com a participação de 53 empregados e 23 cônjuges.

Com relação ao programa Ação & Bem-Estar, contamos com a participação de 450 pessoas, entre empregados da MRN e seus cônjuges, bem como empregados de empresas contratadas. Desenvolvemos ações de integração, palestras e caminhadas externas ao clube, com a participação da comunidade em geral. Como reflexo, obtivemos a melhora da consciência corporal e do bem-estar físico e mental, com desdobramentos positivos no clima de trabalho, nas relações familiares e com a comunidade. É o bem-estar dentro e fora da empresa.

Destacamos ainda em 2013 as ações desenvolvidas pela MRN através de um *book* ilustrado, com foco no acesso à informação e valorização do emprego, no qual o projeto "MRN: Nosso maior valor é você" levou aos empregados diversas informações sobre a empresa e seus benefícios.

Outro avanço foi a implantação da Política de Prevenção ao Uso Indevido de Alcool e Outras Drogas e de Reintegração do Dependente Químico - PPD, importante ferramenta de segurança que tem como objetivo desenvolver nos empregados da MRN e das empresas contratadas a consciência da coresponsabilidade, de modo a manter o ambiente de trabalho livre de álcool e outras drogas e, acima de tudo, seguro, promovendo a saúde e a qualidade de vida.

Para encerrar o ano, no último semestre, iniciamos o projeto de Educação Financeira, capacitando internamente multiplicadores de conhecimento, que em 2014 irão compartilhar o tema com todos aqueles que visam uma ajuda nos assuntos financeiros pessoais.

## Desenvolvimento de Pessoas

O processo de desenvolvimento de pessoas na MRN ocorre a partir da análise das competências de cada eixo de carreira na organização. Este processo ocorre desde a seleção do empregado, onde são avaliadas as competências necessárias para o cargo e a aderência ao cargo que está sendo contratado.

O processo de acompanhamento da evolução dos empregados nas suas competências é feito por meio da avaliação anual de competências, através da qual é gerado o Plano de Desenvolvimento Individual de cada empregado da MRN. Este ciclo é fechado com o *feedback* ao empregado e entrega do Plano Individual de Competências, cujo objetivo é que cada empregado conheça suas potencialidades e suas oportunidades de melhorias técnicas e comportamentais.

O processo pressupõe que 100% dos empregados ativos e admitidos até o mês de outubro (1.359) sejam avaliados no que tange às entregas de 2013. A avaliação ocorrerá nos meses de janeiro e fevereiro de 2014. Em 2012, o processo de avaliação foi realizado com 1.317 empregados do total previsto de 1.326. Ou seja, 99% dos empregados ativos e admitidos até outubro de 2012 passaram por avaliação de competências técnica e comportamental.

O processo de Educação Continuada é suportado por quatro pilares: Qualificação, Treinamento, Desenvolvimento e Integração. Toda a estrutura dos pilares da Educação Continuada norteia as ações para o processo de desenvolvimento do empregado. O pilar treinamento compõe toda a preparação dos empregados e é dividido em Treinamento Corporativo, Treinamento Operacional, Treinamento Técnico e Treinamento Gerencial.

O Treinamento Corporativo obrigatório que é norteado pela política da MRN dentro dos pilares Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade, fechou o ano de 2013 com 98% dos empregados treinados, uma evolução de sete pontos percentuais em relação a 2012, cujo resultado foi de 91%; e dois pontos percentuais acima da meta estipulada para 2013, que era de 96%.

Já os Treinamentos Operacionais, que são a base de preparação dos operadores e mantenedores da MRN, alcançaram em 2013 a marca de 96% em comparação aos 89% alcançados em 2012. Isso significa que apenas 4% dos empregados ainda não concluíram a sua grade mínima obrigatória de treinamento operacional. A meta para 2013 era de 94%.

No pilar Treinamentos Técnicos, cuja base advém da Avaliação de Competências do empregado, tivemos 75% dos treinamentos programados realizados.

No que se refere aos Treinamentos Gerenciais, alcançamos o índice de 89% de conformidade com a grade obrigatória programada, e tivemos como principal ação a revitalização dos conceitos de Liderança Situacional; além do reforço em outros conceitos como relações trabalhistas. Em liderança situacional, 51 gestores fizeram a atualização dos conceitos e 6 novos gerentes foram capacitados nos conceitos.

Em 2013, totalizamos 8.984 participações nos eventos de treinamentos alcançando uma média de treinamento de 10,1 horas por empregado.

O Programa de Educação, cujo objetivo é facilitar o acesso de nossos empregados à educação formal e apoiá-los no crescimento na organização abrange: Qualificação e Formação Técnica em parceria com o SENAI; Graduação em parceria com a UFPA e Pós Graduação em parceria com diversas instituições, como FGV e Pitágoras. No ano de 2013 contabilizamos 187 formandos nos cursos propostos entre 2012 e 2013 e para 2014 foram ofertadas 90 vagas para as novas turmas dos cursos técnicos de Mineração, Mecânica e Eletrotécnica.

O Programa de Educação conta com apoio da MRN através de bolsas de estudos, uso de infraestrutura da empresa e apoio em viagens, quando necessárias.

O Programa Jovem Aprendiz, realizado em parceria com o SENAI de Santarém, promove a preparação do jovem para o mercado de trabalho e, em 2013, contemplou 43 jovens do Oeste do Pará. Estes foram divididos nos cursos de Mecânica de Usinagem (16 vagas), Mecânica de Automóveis (7 vagas), Marcenaria (1 vaga) e Eletricidade de Manutenção Industrial (19 vagas).

Com referência ao Programa de Gestão de Relacionamento, importante ferramenta de monitoramento do ambiente organizacional, com o incentivo ao diálogo franco e aberto entre líderes e de liderados, suportados por profissionais de Recursos Humanos, entre os principais assuntos tratados em 2013 estão: transporte, lazer, moradia, infraestrutura urbana, refeitório, segurança, comércio, políticas internas da Mineração Rio do Norte, hospital, educação, comunidade, treinamento e manutenção da vila.

O programa possibilita a identificação e tratamento das oportunidades de melhoria do ambiente da empresa, analisa as reivindicações dos empregados, bem como as respostas dos gerentes que, através do Comitê de RH se reúne mensalmente. Faz ainda o acompanhamento e promove as diretrizes necessárias. Em 2013 foram 102 encontros com os empregados e 12 encontros do Comitê de RH.

Atualmente, o Programa Trainee conta com 13 jovens selecionados no Brasil, das mais diversas áreas, principalmente, com formação em Engenharia. Em 2013, cinco jovens foram efetivados na empresa. Em relação ao Programa de Estágio Técnico, 11 alunos de escolas técnicas da Região Norte participaram do programa durante seis meses na MRN.

(CONTINUA)

Em 2013 concluiu-se o programa de Aprendizagem, cujo objetivo foi a preparação e a inserção de profissionais PCDs (Pessoas Com Deficiência) em atividades da MRN. Foram 25 profissionais contratados e preparados pelo Instituto Aprender, que conduziu todo o programa de aprendizagem, desde a preparação técnica até a comportamental, com disciplinas como informática básica e relações interpessoais. O programa inclui também atendimento psicológico aos PCDs, visando apoiá-los no processo de inclusão nas áreas.

O Instituto Aprender conduziu, ainda, o levantamento dos cargos para o exercício das atividades, bem como a preparação dos gerentes e empregados para receber os profissionais PCDs nas suas áreas.

Atualmente, os profissionais contratados ocupam cargos como: assistente administrativo e auxiliar de almoxarifado.

### Segurança

Em 2013, a MRN obteve o melhor desempenho de segurança da sua história com efetivo próprio e de contratadas, fechando o ano com 12 acidentes reportáveis e taxa de frequência de 1,51. Esta marca demonstra o amadurecimento, crescimento e esforço de todos em tornar nossas atividades cada vez mais seguras.

O Programa de Prevenção a Fatalidades, implantado em 2013, veio para fortalecer ainda mais esta evolução em prevenção de acidentes, no qual 37 riscos de fatalidade foram devidamente mapeados e discutidos em 53 reuniões realizadas entre 2012 e 2013 com a participação da Diretoria Executiva e os gerentes das áreas da MRN, tendo suas camadas de proteção implantadas reduzindo os riscos para no mínimo nível marginal e aceitável.

Em relação às obras, realizadas no projeto Monte Branco, a taxa de frequência acumulada foi de 2,79, com ocorrência de 11 acidentes de baixa gravidade (2 em 2011, 6 em 2012 e 3 em 2013) em 3.935.890,57 de horas trabalhadas.

No projeto de melhorias na planta de beneficiamento (MCP&RFG - Mudança de Concepção no Peneiramento e Redução de Finos no Granulado) foram mais de 1 milhão de horas trabalhadas sem nenhum acidente reportável no período de outubro de 2011 até dezembro 2013.

As taxas de frequência de acidentes com efetivo próprio e de empresas contratadas em 2013, comparada com 2012, estão nas tabelas a seguir:

	2012			Taxa de Frequência
	CPT	SPT	TOTAL	
MRN	3	3	6	1,75
CONTRATADAS	1	8	9	2,18
CONSOLIDADO	4	11	15	1,98

  

	2013			Taxa de Frequência
	CPT	SPT	TOTAL	
MRN	2	3	5	1,44
CONTRATADAS	4	3	7	1,57
CONSOLIDADO	6	6	12	1,51

### Saúde Ocupacional

Em 2013, foram avaliadas 327 pessoas no Programa de Medicina do Sono, entre empregados da MRN, empregados de empresas contratadas e pessoas da comunidade. Ao longo do ano, foram identificados 114 casos de distúrbios que passaram a ter o acompanhamento clínico indicado.

No Programa Apto para a Vida, Apto para o Trabalho, foram avaliados todos os empregados da Gerência de Manutenção de Máquinas de Lavra e iniciado o trabalho junto à Gerência Industrial, totalizando mais de 500 empregados em 2013. As ações envolvem avaliações ergonômicas no local de trabalho, avaliação individual da capacidade física e aconselhamento nutricional.

Os programas Medicina do Sono e Apto para a Vida, Apto para o trabalho permitiram a identificação, diagnóstico diferencial, tratamento e acompanhamento evolutivo dos distúrbios do sono e situações de fadiga que possam causar riscos para as atividades profissionais das pessoas, assim como impactos à qualidade de vida.

Durante o ano de 2013, foram realizados pela Medicina do Trabalho, em exames admissionais, demissionais,

periódicos, mudança de função e retorno ao trabalho, 1.881 atendimentos clínicos a empregados da MRN e realizados 37.705 exames complementares.

Ainda em 2013, em busca da manutenção da resolutividade, aliada à excelência na qualidade dos atendimentos, o Hospital de Porto Trombetas realizou atendimentos e procedimentos nas áreas de Clínica Médica, Pediatria, Clínica Cirúrgica, Cardiologia, Ortopedia, Dermatologia, Urologia, Neurologia, Otorrinolaringologia, Ginecologia-Obstetrícia, Nutrição, Psicologia e Ortoptia.

### Meio Ambiente

Desenvolver, implementar, manter e atualizar um sistema de gestão ambiental que atenda integralmente os requisitos da norma internacionalmente aceita, ISO 14.001:2004 é um dos objetivos da MRN e de seus empregados.

A certificação do SGA vigente foi obtida em dezembro de 2001 e, desde então, o empreendimento como um todo, bem como a vila residencial, são periodicamente auditados.

Em 2013, duas auditorias de manutenção foram desenvolvidas, sendo que há previsão para o primeiro trimestre de 2014 de realização de uma importante auditoria de recertificação, conforme preconiza a norma.

### Reabilitação ambiental de áreas mineradas

As atividades de reflorestamento foram realizadas em conformidade com as atividades de lavra, sendo em 2013 reflorestados 250 hectares de minas em processo de descomissionamento (Papagaio, Periquito, Almeidas e Bacaba) e 29 hectares de minas em operação (Bela Cruz), atingindo um total de 279 hectares. Ao todo, 480.000 mudas de 40 espécies nativas diferentes, produzidas em viveiro florestal próprio, foram utilizadas no processo de reabilitação ambiental de áreas mineradas. De 1979 a 2013 foram reabilitados cerca de 4.967 hectares, onde foram plantadas 9,7 milhões de mudas de 450 espécies arbóreas nativas.

O sucesso dos trabalhos de reabilitação é monitorado, conforme metodologia específica, acordada e aprovada pelo órgão ambiental competente. Na busca pela melhoria contínua, a MRN realizará no primeiro trimestre de 2014 um *workshop* com especialistas em processos de reflorestamentos para discutir novas metodologias e tendências futuras que agreguem resultados.

Ainda no ano de 2013, o viveiro florestal da MRN produziu 566.316 mudas nativas de 53 espécies distintas do bioma Amazônia. Estas mudas serão utilizadas integralmente no programa de reabilitação do ano 2014/2015.

### Monitoramentos do Meio Físico

A MRN mantém um complexo e extenso sistema de monitoramento ambiental para acompanhar suas atividades. Basicamente, ele pode ser dividido em subprogramas e são eles: águas superficiais e nascentes; qualidade do ar; conforto acústico ambiental; e limnologia.

A rede integrada dos monitoramentos até 2013 era composta de 57 pontos de águas superficiais com periodicidade de amostragem mensal; 71 pontos de nascentes com periodicidade de amostragem quadrimestral; 12 pontos de sedimentos com periodicidade bial; 13 piezômetros com periodicidade de amostragem mensal; 9 amostradores de grande volume com periodicidade de amostragem semanal; 4 estações meteorológicas compactas; 13 pontos de ruído diurno e noturno com periodicidade de amostragem mensal; 36 pontos de limnologia associados com periodicidade de amostragem semestral, sendo que há uma malha específica voltada para projetos de pesquisa no lago do Batata.

### Programa de Manejo Integrado de fauna

A MRN desenvolveu e vem executando o Programa Integrado de Manejo da Fauna da área de influência do projeto de exploração mineral dos platôs Saracá, Almeidas, Aviso, Bacaba, Bela Cruz, Monte Branco, Papagaio e Periquito, envolvendo, desde o manejo das espécies por meio de ações de resgate e afugentamento, até o monitoramento do alcance dos impactos das atividades do empreendimento sobre as mesmas e, posteriormente, da efetividade das ações de controle executadas.

Mediante convênio firmado entre a MRN e a FIT – Faculdades Integradas do Tapajós, profissionais tecnicamente habilitados e capacitados desenvolvem as atividades de afugentamento e resgate da fauna e utilizam estruturas especialmente

concebidas para prestar os primeiros socorros e processos rápidos de reabilitação, como o Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS da própria empresa, ou o Zoológico da FIT, em Santarém, para casos específicos. Cabe ressaltar que todo o processo de manuseio de fauna é autorizado pelo órgão ambiental competente.

### Processos de Licenciamento Ambiental

Em 2013, foram obtidas as Licenças de Instalação das Minas Aramã e Greigh, também requerida a Licença de Instalação das Minas Teófilo e Cipó.

A MRN recebeu o Termo de Referência para elaboração do EIA/RIMA do Empreendimento denominado Desenvolvimento das Zonas Central e Oeste (LOMP), o qual garantirá as operações da MRN a partir de 2022.

Ainda no que se refere às ações ambientais desenvolvidas em 2013, a MRN deu continuidade ao Programa de Monitoramento de Primatas nos platôs Bacaba e Bela Cruz. A iniciativa teve início em 2010 e tem previsão de duração de cinco anos.

Também prosseguirão as ações de reabilitação de áreas mineradas e do programa de manejo integrado de fauna e flora e do monitoramento do Lago Batata, que ocorre desde 1988.

### Relações com a comunidade

Em continuidade ao Programa de Relacionamento com Comunidades, no ano de 2013, a MRN deu prosseguimento aos projetos e ações educacionais, ambientais e sociais dentro do Programa de Educação Socioambiental (PES).

Esta adequação é uma demanda do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que segue os princípios descritos no Art. 4º, da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.796/99) e condicionante do licenciamento de suas atividades de extração mineral.

O PES é composto por treze projetos desenvolvidos nos municípios de Terra Santa e Oriximiná, que têm como base os pilares de Educação e Cultura, Sustentabilidade, Saúde e Segurança e Meio Ambiente. São eles:

1. Educação Cidadania e Cultura – Projeto Educação Ambiental e Patrimonial;
2. Sustentabilidade – Projetos: Agricultura Familiar, Piscicultura, Manejo das Populações de Copaibas e Meliponicultura;
3. Segurança e Saúde – Microsistemas e Poços Artesianos, Combate à Malária, Projeto Leme, Combate a Malária e Quilombo;
4. Meio Ambiente – Instituto Gaya de Defesa das Águas, Manejo dos Castanhais e Sistemas Agroflorestais.

Principais destaques em 2013:

- Recuperação da igreja da Comunidade do Castanhal;
- Recuperação do barracão da ACPLASA (Associação Comunitária dos produtores rurais do médio lago Sapucua);
- Melhoria e ampliação das instalações da igreja comunitária da Comunidade Boa Nova;
- Melhoria na estrada que liga Porto Trombetas a Terra Santa pela MRN e apoio financeiro para recuperação da Ponte do Posto Aurora;
- O Projeto Sistemas Agroflorestais – SAFs, que iniciou em 2012 a construção de uma unidade demonstrativa na comunidade do Ascensão (lago Sapucua), com a proposta de promover a capacitação técnica dos produtores locais para a cultura da mandioca e produção de farinha sem o uso de queimadas, mostrou-se um grande sucesso ao produzir o triplo da quantidade de farinha que seria produzida em área de queimada. Esses resultados foram alcançados em 2013. Para 2014, o projeto será mantido com a parceria da Prefeitura que fará a mecanização da produção em aproximadamente 5 hectares.
- A Piscicultura também foi incrementada com a inclusão de mais duas famílias produtoras nas comunidades do Tarumã (Médio Trombetas - Oriximiná), Acapuzinho (Paraná do Caipuru - Oriximiná), que receberam capacitação técnica, equipamentos, alevinos e ração;

- O Projeto Manejo das Populações de Copaíbas inventariou mais de 4.080 copaibeiras no Platô Monte Branco, realizou a extração de aproximadamente 200 litros de óleo e plantio de 730 mudas de copaíbas nas comunidades de Jamari e Curuçá;
- Na Agricultura Familiar foram feitas ações de capacitação técnica dos produtores locais, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná (STTRO) voltadas para os seguintes temas: Manejo de Abelhas com Ferrão (apicultura), Qualidade na Produção de Farinha e Derivados da Mandioca e Produção de Frutas e Hortaliças;
- O Projeto Meliponicultura (produção de mel de abelhas sem ferrão), realizado em parceria com o SEBRAE, MRN e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Santa, teve um aumento substancial passando de 382 caixas em 2011, para mais de 450 caixas em 2013, beneficiando três comunidades e 17 famílias. O grupo participou da Segunda Exposição Socioambiental, que aconteceu em Terra Santa no mês de junho de 2013;
- O Projeto Quilombo, realizado em parceria com a Fundação Esperança de Santarém e a Prefeitura de Oriximiná, tem por objetivo levar saúde preventiva e curativa a 18 comunidades compostas por remanescentes de quilombos que habitam as margens do Alto Rio Trombetas. Em 2013, contabilizou 4.032 pessoas participantes e um total de 14.210 atendimentos. O Projeto Quilombo foi um dos grandes vencedores do Prêmio Reconhecer, da Fundação Vale, que destacou boas práticas nas áreas de "Saúde em comunidades";
- Foram realizadas ações de conscientização através do Projeto Leme, que tem como objetivo promover a orientação para práticas seguras no uso de embarcações no rio Trombetas. Em parceria com grupo de voluntários ATA Navegação (Alunos de Trombetas em Ação de Segurança na Navegação), da Fundação Vale do Trombetas - FVT, as ações foram realizadas na balsa de passageiros de Porto Trombetas, sensibilizando 2.268 pessoas. Além disso, foi promovido novamente o 'Cine Solidário' - ação na qual foram arrecadados mais de 200 brinquedos e 800 livros. O material foi doado à escola pública que atende a comunidade do Abuí, no Alto Trombetas;
- O Programa de Combate à Malária também fechou o ano sem nenhuma ocorrência registrada no posto de saúde de Porto Trombetas e nas comunidades onde são efetuadas as ações de combate à doença. Os últimos registros nas áreas atendidas pelo programa ocorreram em 2010, com 63 casos. O trabalho é executado pela Pró-Saúde, empresa especializada em gestão hospitalar e que atua na gestão do Hospital de Porto Trombetas, em parceria com a Prefeitura de Oriximiná;
- O projeto Poços Artesianos e Microssistemas de Água beneficiou duas comunidades com a construção de poços manuais em 2013: Ajará e lago Batata. Neste projeto, a MRN também recuperou microssistemas de água já instalados nas comunidades Último Quilombo, Acari e Boa Nova;
- Em 2013, a MRN deu continuidade ao projeto Esporte na Cidade, através da lei federal de incentivo ao esporte, em parceria com a OSCIP - Organização Social de Interesse Público "De Peito Aberto", beneficiando mais de 500 crianças e adolescentes no município de Terra Santa. Ao longo do ano, o programa realizou algumas ações esportivas na cidade de Terra Santa, com destaque para a Gincana em Comemoração ao Dia das Crianças, com a participação de equipes formadas por alunos da Rede Municipal de Ensino. O projeto contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Terra Santa onde é desenvolvido;
- Com investimentos de incentivos fiscais, a MRN patrocinou programas importantes na área cultural. Os Programas Cultura em Rede abarcaram grande parte dos pequenos patrocínios realizados pela empresa na região. Através de metodologia própria, estes programas contribuíram para que as manifestações culturais ganhassem força e visibilidade regional. Destaque para a realização do Seminário de Cultura, que teve a participação de membros das secretarias de cultura dos municípios da área de influência da MRN, representantes do Ministério da Cultura, da Secretaria Estadual de Cultura e da Fundação Tancredo Neves;

- A MRN doou recursos ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA) para suportar 18 projetos voltados à promoção social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social nos municípios de Oriximiná, Terra Santa, Faro e Obidos;
- O Programa de Voluntariado Empresarial de Porto Trombetas realizou capacitação para a nova formação de seu Comitê Gestor, que envolveu 30 novos participantes. Também realizou palestra sobre a temática "voluntariado", cujo evento contou com a presença de mais de 150 pessoas, em sua maioria, estudantes do Ensino Médio da Fundação Vale do Trombetas;
- A MRN, em parceria com o Instituto Gaya de Oriximiná, deu continuidade às ações educativas sobre a importância do uso responsável dos recursos hídricos, em especial no Lago Sapucaá. As atividades envolveram 1.590 moradores através de palestras e campanhas educativas, sendo 1.400 pessoas atendidas em palestras na Semana do Meio Ambiente, realizada em junho de 2013;
- Também tiveram prosseguimento as ações da Associação Terrasantaense de Agentes Ambientais Voluntários (ATAAV), que tem por objetivo disciplinar a utilização do patrimônio ambiental fomentando a participação comunitária como exercício de seus direitos e deveres de cidadão; além de continuar seu trabalho em parceria com o Projeto Pé-de-Pincha;
- Em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e comunidades locais, a MRN continuou a apoiar o projeto Pé-de-Pincha, que visa à conservação de algumas espécies de quelônios, como a tartaruga, o tracajá e o pitiú. Em 2013, foram soltos na natureza 32.815 filhotes de quelônios em Oriximiná e 10.559 em Terra Santa, totalizando 43.374 animais. Participaram do projeto as seguintes comunidades: Acapuzinho, Ascensão, Barreto, São José, Mapará, Stº Antônio, Caipuru, Jaraucá, Nova Aliança, Poço Fundo e Castanhal (no município de Oriximiná) e Aliança, Macoia, Ferreira, Pequena, Zuleide, Neves, Ilha do Grita, Babá, Ival, Desengano, Alemã, Jauaruna, Conceição e Tucunaré (em Terra Santa).

#### Investimentos

A Mineração Rio do Norte, no ano de 2013, realizou investimentos de R\$ 232,8 milhões. Deste montante, R\$ 91,9 milhões foram destinados à abertura de novas minas, R\$ 52,0 milhões para projetos especiais como melhoria no sistema de peneiramento e linha de transmissão. Investiu também R\$ 19,5 milhões em equipamentos de mineração; R\$ 13,3 milhões em correias transportadoras; R\$ 6,4 milhões em ferrovia; R\$ 22,9 milhões em meio ambiente, segurança e saúde; R\$ 8,5 milhões em pesquisas geológicas e mais R\$ 18,3 milhões em projetos de infraestrutura, atualização tecnológica, modernização e continuidade operacional.

#### Auditoria interna e Ouvidoria

Em 2013, a MRN deu continuidade aos seus processos de auditoria interna. Foram realizadas 24 auditorias em processos de natureza comercial, operacional e de suporte, sempre em conformidade com os padrões internos e legislação vigente, requeridos para a função, visando subsidiar a Diretoria Executiva com informações de gestão de controles internos praticados pelos gestores, cujos resultados serão submetidos à apreciação do Comitê de Auditoria, em reunião a ser realizada em março de 2014.

O trabalho resultou em 85 recomendações de melhorias, cujos planos de ação estabelecidos são acompanhados através de *follow-up* pela Auditoria, com objetivo de validar o bloqueio da fragilidade com a implementação das ações de melhoria.

O canal da Ouvidoria, destinado a tratar questões relacionadas ao Código de Ética e Conduta da MRN, por sua vez, efetuou 313 registros em 2013, sendo 46% provenientes de pessoas ligadas às empresas contratadas, 35% decorrentes de empregados da MRN, e 19% relacionados a assuntos da comunidade. Todas as ocorrências foram encaminhadas para as áreas pertinentes e apuradas de forma imparcial e sigilosa. A garantia do sigilo e a apuração de forma imparcial, aliadas à agilidade nas respostas, proporcionam total credibilidade ao processo da Ouvidoria.

#### Resultados econômico-financeiros

O volume de vendas em 2013 (17,0 milhões de toneladas de bauxita) foi superior ao de 2012 (16,9 milhões de toneladas). A receita líquida de R\$ 946,2 foi 3,2% maior que o ano anterior, negativamente impactado pelos preços praticados em 2013 que ficaram 11,3% abaixo de 2012, devido à cotação do Alumínio na Bolsa de Metais de Londres (LME), e positivamente devido à melhor qualidade do minério, com um menor pênalti pago em 2013, além da maior valorização do câmbio ao longo do ano (taxa média de 2,16 em 2013 contra 1,95 em 2012). A Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Minerários (TFRM), alto custo em materiais e serviços impactaram negativamente em 4,7% o custo de produtos vendidos.

O EBITDA em 2013 foi R\$ 318,9 milhões ou 3,1% maior que 2012. A Mineração Rio do Norte - MRN, em suas operações de 2013, obteve Lucro Líquido de R\$ 53,6 milhões, 46,8% menor que no ano anterior que foi de R\$ 100,3 milhões. Contribuíram para este impacto, uma maior variação cambial em 2013 nos empréstimos denominados em dólar em relação a 2012, no valor de R\$ 37,3 milhões, e aumento com a provisão para fechamento de mina em R\$ 34,3 milhões.

A geração líquida de divisas em 2013 foi de US\$ 223,5 milhões, superior em US\$ 65,8 milhões ao ano anterior. O saldo da balança comercial foi de US\$ 224,9, (US\$ 196,8 milhões em 2012). O fluxo de capitais foi positivo em US\$ 5,0 milhões e os pagamentos de serviços totalizaram US\$ 6,4 milhões. Foram recolhidos aos cofres públicos em impostos e contribuições, incluindo retenções na fonte, o valor de R\$ 190,2 milhões (R\$ 184,8 milhões em 2012), assim distribuídos:

	2013	2012
ICMS	26,2	23,7
Compensação financeira pela exploração de recursos minerais - CFEM	26,7	27,5
PIS e CONFINS	12,8	22,2
Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido	44,5	42,1
Contribuições previdenciárias	42,8	40,7
TFRM	20,7	13,7
Outros impostos	16,5	14,9
	190,2	184,8

#### Desafios

Os principais desafios da MRN para o ano de 2014 são:

- Finalização do projeto de melhorias da planta de beneficiamento, até 28/02/2014, garantindo uma melhora da qualidade do minério e menores custos com a secagem a partir de 2014.

- Consolidar o programa de gestão de riscos e de prevenção de fatalidades.

- Dar continuidade aos estudos ambientais, aos programas de melhoria contínua para a redução de custo e aumento da produtividade, bem como identificação de oportunidades para a continuidade e sustentabilidade de longo prazo para as suas operações industriais.

- Dar continuidade ao programa de pesquisa geológica.

- Consolidar o planejamento estratégico.

A Diretoria Executiva da MRN agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados em 2013, especialmente, aos seus empregados e acionistas.

Porto Trombetas, 21 de janeiro de 2014.  
Diretoria Executiva

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativo circulante</b>			
Caixas e equivalentes de caixa	4	5.706	6.365
Contas a receber			
Partes relacionadas	17.b	90.555	107.701
Terceiros	-	6.781	-
Estoques	5	67.887	48.507
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	3.163
Tributos a compensar	9	7.829	5.817
Outros ativos circulantes	-	12.961	4.263
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>191.719</b>	<b>175.816</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	336
Depósitos judiciais	6	212.702	178.310
Tributos a compensar	9	46.733	27.776
Impostos diferidos	14	99.027	86.348
Outros ativos não circulantes	-	5.027	-
		363.489	292.770
Investimentos	-	385	393
Imobilizado	7	1.654.469	1.572.306
Intangível	8	3.340	3.066
		1.658.194	1.575.765
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.021.683</b>	<b>1.868.535</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.213.402</b>	<b>2.044.351</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	Notas	31/12/2013	31/12/2012
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	-	62.228	78.429
Empréstimos e financiamentos	10	373.579	204.277
Instrumentos financeiros derivativos	22	3.887	371
Salários, provisões e contribuições sociais	-	34.909	29.472
Impostos a recolher	11	12.536	12.421
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	5.793	16.156
Dividendos a pagar	15.e	38.868	41.608
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	35.689	36.517
Outras obrigações	-	769	8.934
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>568.258</b>	<b>428.185</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	10	310.880	291.149
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	65.893	61.760
Impostos a recolher	11	36.144	15.517
Provisão para contingências	12	227.368	211.518
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	395.928	383.685
Outras obrigações	-	-	684
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.036.213</b>	<b>964.313</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	15		
Capital social	-	488.484	488.484
Reservas de capital	-	6.829	6.829
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	2.309
Reserva de lucros	-	113.618	154.231
		608.931	651.853
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.213.402</b>	<b>2.044.351</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por milhões de ações)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
<b>Receita operacional líquida</b>	16	946.244	917.139
Custo dos produtos vendidos	18	(711.735)	(679.827)
<b>Lucro bruto</b>		<b>234.509</b>	<b>237.312</b>
<b>Receitas/ (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	19	(22.633)	(20.434)
Outras receitas/ (despesas) operacionais, líquidas	20	(20.026)	(24.450)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>191.850</b>	<b>192.428</b>
<b>Resultado financeiro</b>	21		
Receitas financeiras	-	19.937	17.128
Despesas financeiras	-	(77.291)	(40.637)
Variação cambial, líquida	-	(53.930)	(16.611)
		(111.284)	(40.120)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>80.566</b>	<b>152.308</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	14		
Correntes	-	(34.324)	(57.658)
Diferidos	-	7.356	6.053
		(26.968)	(51.605)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>53.598</b>	<b>100.703</b>
<b>Lucro líquido do exercício por lote de 1.000.000 ações (em R\$)</b>		<b>89.33</b>	<b>167.84</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de outros resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Lucro líquido do exercício</b>	53.598	100.703
Resultado de hedge	(3.499)	4.058
Imposto de renda relacionado a componentes de outros resultados abrangentes	1.190	(1.380)
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>51.289</b>	<b>103.381</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais)**

Notas	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação Patrimonial	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
				Legal	Isenção de Imposto Renda	Reserva de Retenção de Lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	488.484	6.829	(369)	94.820	316	-	-	590.080
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	2.678	-	-	-	-	2.678
Lucro líquido do exercício	15.d.3	-	-	-	-	-	100.703	100.703
Reserva legal	15.d.3	-	-	2.877	-	-	(2.877)	-
Reserva para aumento de capital – isenção de IR	15.d.3	-	-	-	875	-	(875)	-
Dividendos propostos	15.e	-	-	-	-	-	(41.608)	(41.608)
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	-	55.343	(55.343)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	488.484	6.829	2.309	97.697	1.191	55.343	-	651.853
Ajuste de avaliação patrimonial	15.c	-	(2.309)	-	-	-	-	(2.309)
Lucro líquido do exercício	15.d.3	-	-	-	-	-	53.598	53.598
Reserva legal	15.d.3	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para aumento de capital – isenção de IR	15.d.3	-	-	-	489	-	(489)	-
Dividendos propostos	15.e	-	-	-	-	(55.343)	(38.868)	(94.211)
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	-	14.241	(14.241)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	488.484	6.829	-	97.697	1.680	14.241	-	608.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (valores expressos em milhares de reais)**

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício	-	53.598	100.703
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>			
Depreciação e amortização	-	127.070	116.926
Provisão para obsolescência de materiais	-	886	(2.768)
Provisão para contingências	-	110	(2.941)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(7.356)	(6.053)
Valor residual de ativo imobilizado baixado	-	200	2.604
Atualização monetária de depósitos judiciais	-	(19.393)	(15.286)
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	40.349	6.073
Atualização monetária contingências	-	15.740	17.351
Variação cambial e juros provisionados	-	4.610	(1.957)
<b>(Aumento)/ redução nos ativos operacionais</b>			
Contas a receber de clientes	-	10.365	(24.025)
Estoques	-	(20.266)	(4.354)
Depósito judicial	-	(14.999)	249
Tributos a compensar	-	(20.969)	(7.955)
Outros	-	(12.504)	5.563
<b>Aumento/ (redução) nos passivos operacionais</b>			
Fornecedores	-	(16.201)	23.176
Impostos a recolher	-	20.742	16.662
Salários, provisões e encargos sociais	-	5.437	5.149
Imposto de renda e contribuição social	-	(10.363)	15.107
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	(28.934)	(13.114)
Outras obrigações e contas a pagar	-	(8.849)	6.979
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			
		<u>119.273</u>	<u>238.089</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(210.920)	(312.546)
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimento</b>			
		<u>(210.920)</u>	<u>(312.546)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de empréstimos e financiamentos	-	829.616	428.636
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(641.677)	(394.376)
Pagamento de dividendos	15	(96.951)	(34.694)
<b>Caixa gerado pelas/ (aplicado nas) atividades de financiamento</b>			
		<u>90.988</u>	<u>(434)</u>
<b>Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>(659)</u>	<u>(74.891)</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo inicial	4	6.365	81.256
Saldo final	-	5.706	6.365
<b>Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>(659)</u>	<u>(74.891)</u>
<b>Informações adicionais</b>			
Juros pagos durante o período	-	(24.735)	(19.964)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período	-	(44.513)	(42.056)
<b>Transações que não envolveram caixa</b>			
Dividendos propostos	-	(38.868)	(41.608)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)**
**1. Contexto operacional e informações corporativas**

A Mineração Rio do Norte S.A. (MRN ou Sociedade) é uma Sociedade Anônima (S.A.) de capital fechado, com sede na cidade de Oriximiná (PA) – Porto Trombetas, cujos acionistas são a Vale S.A., Alcan Alumina Ltda., BHP Billiton Metais S.A., Companhia Brasileira de Alumínio, Alcoa Alumínio S.A., Norsk Hydro Brasil Ltda., Alcoa World Alumina LLC e Alcoa World Alumina Brasil Ltda. (Nota nº 15). Suas atividades consistem na extração, no beneficiamento e na venda de minério de bauxita.

As vendas de minério, efetuadas para os próprios acionistas da Sociedade, ou por meio deles ou para suas controladoras e empresas ligadas, são regidas por contratos de longo prazo, que estabelecem condições de mercado e equivalentes entre os acionistas. As quantidades vendidas para cada empresa são confirmadas anualmente e podem apresentar pequenas variações. Os preços praticados, em dólares norte-americanos, são calculados segundo fórmulas específicas. As contas a receber decorrentes da venda de minério têm prazo médio de vencimento de 30 dias. Caso o acionista adquirente não realize a compra da quantidade mínima de bauxita definida em contrato, a Sociedade poderá oferecer a referida quantidade a terceiros pelo preço definido pelo adquirente, desde que não seja inferior a 90% do preço definido em contrato. Nesse caso, a Sociedade será reembolsada da diferença de preço incorrida na transação. Qualquer tonagem não retirada pelo acionista e que a Sociedade não se disponha a vender ou não possa vender, conforme previsto, não será produzida e o acionista deverá pagar à Sociedade, com relação a essa tonagem não retirada, preço igual à soma do preço base e o reajuste de preço vigente na ocasião e, caso haja qualquer redução de custo resultante da não produção da tonagem não retirada, a Sociedade fará ao acionista um reembolso no montante que for estabelecido pela Sociedade, a seu exclusivo critério, correspondente a tal redução de custo. Em 31 de dezembro de 2013, as vendas com partes relacionadas representaram, aproximadamente 98,46% (100% em 31 de dezembro de 2012).

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)**

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Receitas</b>		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.056.076	1.033.184
Outras receitas	1.924	2.836
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos ICMS, PIS e COFINS)</b>		
Custos dos produtos vendidos	449.691	429.284
Material e serviços de terceiros	33.199	38.392
<b>Valor adicionado bruto</b>		
	<u>575.110</u>	<u>568.344</u>
Depreciação, amortização e exaustão	127.070	116.926
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade</b>		
	<u>448.040</u>	<u>451.418</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	23.519	21.955
Outras	23.401	21.735
	118	220
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		
	<u>471.559</u>	<u>473.373</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	115.175	106.786
Benefícios	64.939	62.782
FGTS	41.811	36.536
	8.425	7.468
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	168.101	204.029
Estaduais	111.617	147.547
Municipais	38.415	38.996
	18.069	17.486
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros e variações monetárias passivas	134.685	61.855
Juros processo fiscal – Lei nº 11.941/2009	120.989	46.932
	13.696	14.923
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Dividendos propostos	53.598	100.703
Lucros retidos	38.868	41.608
	14.730	59.095
<b>Total do valor adicionado distribuído</b>		
	<u>471.559</u>	<u>473.373</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 376.539 (R\$ 252.369 em 31 de dezembro de 2012), resultado principalmente das captações de financiamentos realizados para suprir os recursos necessários para abertura de novas minas. A Administração, baseada no plano de negócios da Sociedade, está convicta de que as operações comerciais que se realizarão nos próximos exercícios serão suficientes para atender aos compromissos de curto prazo. Além disso, a Administração avalia que a capacidade de geração de caixa da Sociedade permite a renovação dos empréstimos de curto prazo ou a troca para linhas de crédito de longo prazo.

A Sociedade gerencia suas relações com o meio ambiente como fator estratégico, tendo como premissa o pleno atendimento da legislação aplicável, e as diretrizes e normas internas. Adota rigoroso programa de gestão ambiental como forma de minimizar os impactos de sua operação de mineração, em conformidade com a norma ISO 14001, na qual é certificada, tanto para suas operações industriais quanto para o núcleo urbano de Porto Trombetas, bem como atua de forma permanente no monitoramento, revegetação, desenvolvimento de mudas e atividades educativas voltadas para seus empregados e para a comunidade.

**2. Políticas contábeis adotadas**
**2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis**
**2.1.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

(CONTINUA)

**2.1.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

**2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**2.1.4. Uso de estimativas e julgamento na preparação das demonstrações contábeis**

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

**i) Reconhecimento da receita de vendas**

Para fazer esse julgamento, a Administração leva em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos, em particular, a Sociedade transfere aos compradores os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos.

**ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Sociedade reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor, considerando os valores prováveis de realização, conforme a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

**iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Sociedade é parte de alguns processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 12. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

**iv) Provisão para obsolescência de materiais**

A Sociedade reconhece como provisão para obsolescência de materiais todos os itens sem movimentação a mais de 24 meses, salvo itens de garantia operacional.

**v) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.5, a Sociedade revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada exercício.

**vi) Provisão para reflorestamento e fechamento de minas**

A Sociedade reconhece uma obrigação segundo o valor justo para provisão para reflorestamento e fechamento de minas, no período em que elas ocorrerem, conforme a Nota nº 13. A Sociedade considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. A Sociedade utiliza a taxa de 9,56% para cálculo de ajustes a valor presente, correspondentes às provisões para reflorestamento e fechamento de minas registradas na contabilidade. Para o cálculo da taxa de desconto, foi utilizada a metodologia WACC, sendo considerado 11% de custo com capital próprio e 7,55% de custo com capital de terceiros.

**3. Principais práticas contábeis****3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras são de liquidez diária e controladas pela Sociedade para resgate a partir de 30 dias, visando a otimização de impostos (IOF).

**3.2. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes representam os valores a receber pela venda de bauxita e com prazo médio de vencimento de 30 dias. A Sociedade não efetua estimativas de perda de créditos de liquidação duvidosa, uma vez que o faturamento é efetuado diretamente aos sócios e não existe experiência de inadimplência ocorrida no passado.

**3.3. Estoques**

Os estoques estão avaliados ao menor valor entre o custo médio de aquisição ou extração e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos estimados para a conclusão e os custos necessários para realizar a venda.

**3.4. Arrendamento mercantil**

Os contratos de arrendamento são classificados como arrendamentos financeiros, haja vista que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário.

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do contrato. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil-econômica dos ativos.

**3.5. Imobilizado**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de exploração das jazidas. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 7. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção.

Os custos iniciais de exploração e desenvolvimento de jazidas minerais foram capitalizados, e a exaustão é calculada com base na relação entre o volume produzido e a capacidade estimada das reservas minerais. Os demais custos de exploração são reconhecidos nos custos de produção, quando incorridos.

**3.6. Intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

**3.7. Avaliação do valor recuperável de ativos**

A Sociedade analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre:

(a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment).

**3.8. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**3.9. Tributação sobre a renda****Tributos correntes**

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) foram calculados com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para IRPJ e de 9% para CSLL.

**Impostos diferidos**

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

**Impostos sobre a renda correntes e diferidos**

O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 14.

**Lucro da exploração**

A Sociedade possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda devido, pelo valor equivalente à parcela atribuída pela legislação fiscal às operações na Região Norte. O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade (chamado lucro da exploração), leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada. Um montante

igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

### 3.10. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

#### 1) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, no caso da Sociedade, compreendem as aplicações financeiras, saldos a receber de partes relacionadas e as contas a receber de clientes.

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- a Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso" e: (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Sociedade não transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e ganhos não realizados em operações com derivativos.

#### Passivos financeiros

Representados por empréstimos e financiamentos bancários e saldos a pagar de conta corrente com partes relacionadas, exceto pela conta corrente, os demais são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

#### Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

#### Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Receita financeira" ou "Despesa financeira", respectivamente, no período em que ocorrem.

#### Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, compromissos firmes não reconhecidos e transações prováveis que sejam:

- altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%);
- possuir identificação documental da operação, do risco objeto do hedge, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade;
- considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados e contabilizados como operações de hedge de acordo com sua natureza.

A Sociedade detém instrumentos derivativos que se destinam a compensar a variação no seu fluxo de caixa futuro estimado (hedge de fluxo de caixa).

Os itens objeto do hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados da seguinte forma: (i) a parcela efetiva de ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida na conta de ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido e (ii) a parcela não efetiva do ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida diretamente no resultado do exercício, na conta de objeto do hedge.

#### 3.11. Participações no resultado

A Sociedade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

#### 3.12. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### 3.13. Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações contábeis da Sociedade, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente de sua moeda funcional é registrada de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no final do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos, quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

#### 3.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 "Demonstração do valor adicionado".

#### 3.15. Lucro líquido do exercício por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações no respectivo período.

#### 3.16. Novas normas e interpretações de normas ainda não adotadas

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são consistentes.

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2013:

#### Pronunciamento

No Brasil	Correspondente internacional	Assunto	Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de:
(a) CPC 38 (R1)	IFRS 9	Instrumentos financeiros	01 de janeiro 2015
(b) N/A	IFRIC 20	Custos de remoção de resíduos incorridos na atividade de mineração de superfície	01 de janeiro 2013

- (a) **CPC 38 (R1)/ IFRS 9:** o CPC 38 (R1) ainda não foi emitido no Brasil. O correspondente internacional, IFRS 9, já foi emitido e encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração". O IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. O CPC 38 (R1)/ IFRS 9 traz também alterações nos CPC 39 e CPC 40 (IAS 32 e IFRS 7). Esta norma passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015;

- (b) **IFRIC 20:** o IFRIC 20 ainda não foi traduzido e emitido no Brasil. Trata da contabilização de custos incorridos por companhias mineradoras na remoção de resíduos para ter acesso aos minérios. O tratamento contábil dos custos de remoção de acordo com o IFRIC 20 dependerá de a correspondente atividade resultar em produção de estoques ou uma melhoria no acesso aos minérios. O IFRIC 20 inclui orientações adicionais no reconhecimento dos ativos, alocação dos custos e na mensuração inicial e subsequente dos ativos da atividade de remoção.

A Sociedade não espera impactos significativos sobre as demonstrações contábeis na adoção inicial dos novos pronunciamentos e interpretações. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa e bancos, além de aplicações resgatáveis a qualquer momento sem perda do rendimento auferido, realizadas em instituições financeiras de primeira linha, conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	1.250	114
Títulos e valores mobiliários (i)	4.456	6.251
<b>Total</b>	<b>5.706</b>	<b>6.365</b>

(i) Títulos e valores mobiliários compostos por certificados de depósito com instituições financeiras descritas a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Banco Mizuho	3.735	-
Banco Votorantim S.A. (Nota nº 17d)	721	2.078
Banco WestLB	-	4.173
<b>Total</b>	<b>4.456</b>	<b>6.251</b>

As aplicações possuem rendimentos equivalentes a 100% do CDI, com prazo de vencimento inferior a um ano, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(CONTINUAÇÃO)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)**
**5. Estoques**

O saldo de estoques era composto, conforme segue:

Bauxita	31/12/2013	31/12/2012
Minerada	2.463	2.179
Britada	1.703	654
Lavada	5.979	4.793
Úmida	16.247	9.553
Seca	939	5.305
<b>Total</b>	<b>27.331</b>	<b>22.484</b>
Material de consumo e outros	47.189	31.770
Provisão para obsolescência (i)	(6.633)	(5.747)
<b>Total</b>	<b>67.887</b>	<b>48.507</b>

(i) Demonstramos a seguir a movimentação das provisões para obsolescência de materiais:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Saldo inicial</b>	<b>5.747</b>	<b>8.515</b>
Adições	1.204	200
Reversões e baixas	(318)	(2.968)
<b>Saldo final</b>	<b>6.633</b>	<b>5.747</b>

**Estoque de bauxita**

A variação do estoque de bauxita úmida refere-se ao volume final dos estoques em dezembro, sendo de 255.128 toneladas em 2012 e 574.891 toneladas em 2013 reflexo de uma recomposição dos níveis mínimos para o compromisso assumido de 18 milhões de toneladas de produção para 2014.

**Estoque de materiais de consumo e outros**

A variação do estoque de materiais de consumo e outros refere-se à materiais destinados à manutenções preventivas de equipamentos da mina, planta industrial e de geração de energia previstas para início de 2014.

**6. Depósitos judiciais**

O saldo de depósitos judiciais está composto como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Processo de redução de capital	175.981	162.285
Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)	36.144	15.517
Outros	577	508
<b>Total</b>	<b>212.702</b>	<b>178.310</b>

**7. IMOBILIZADO**

O ativo imobilizado era composto como se segue:

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovias	Fechamento de mina	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em curso (i)	Total
Taxa depreciação/ exaustão	3% a 10%	3% a 4%	8% a 15%	2% a 3%	3% a 33%	11% a 13%	10% a 20%	7% a 30%	-	-
<b>Saldo em 31/12/2012</b>										
Custo	1.074.778	316.474	493.739	119.756	395.601	124.042	34.497	259.128	373.869	<b>3.191.884</b>
Depreciação/ exaustão	(625.427)	(186.363)	(429.420)	(110.914)	(11.051)	(27.104)	(25.234)	(177.065)	-	<b>(1.619.578)</b>
<b>Líquido</b>	<b>422.351</b>	<b>130.111</b>	<b>64.319</b>	<b>8.842</b>	<b>384.550</b>	<b>96.938</b>	<b>9.263</b>	<b>82.063</b>	<b>373.869</b>	<b>1.572.306</b>
<b>Saldo em 31/12/2013</b>										
Custo	1.332.896	356.899	525.508	120.505	395.601	136.366	34.725	226.960	208.989	<b>3.338.449</b>
Depreciação/ exaustão	(696.903)	(195.251)	(440.680)	(111.857)	(25.132)	(31.134)	(26.017)	(157.006)	-	<b>(1.683.980)</b>
<b>Líquido</b>	<b>635.993</b>	<b>161.648</b>	<b>84.828</b>	<b>8.648</b>	<b>370.469</b>	<b>105.232</b>	<b>8.708</b>	<b>69.954</b>	<b>208.989</b>	<b>1.654.469</b>
<b>Custo</b>										
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>1.074.778</b>	<b>316.474</b>	<b>493.739</b>	<b>119.756</b>	<b>395.601</b>	<b>124.042</b>	<b>34.497</b>	<b>259.128</b>	<b>373.869</b>	<b>3.191.884</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	210.920	210.920
Baixas	(32)	-	(6.354)	(2)	-	(8)	(1.543)	(54.779)	-	(62.718)
Transferências	258.150	40.425	38.123	751	-	12.332	1.771	22.611	(375.800)	(1.637)
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>1.332.896</b>	<b>356.899</b>	<b>525.508</b>	<b>120.505</b>	<b>395.601</b>	<b>136.366</b>	<b>34.725</b>	<b>226.960</b>	<b>208.989</b>	<b>3.338.449</b>

**DEPRECIÇÃO**

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovias	Fechamento de mina	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em curso	Total
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>652.427</b>	<b>186.363</b>	<b>429.420</b>	<b>110.914</b>	<b>11.051</b>	<b>27.104</b>	<b>25.234</b>	<b>177.065</b>	-	<b>1.619.578</b>
Adição	44.508	8.888	17.475	943	14.081	4.038	2.296	33.483	-	<b>125.712</b>
Baixa	(32)	-	(6.215)	-	-	(8)	(1.513)	(53.542)	-	<b>(61.310)</b>
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>696.903</b>	<b>195.251</b>	<b>440.680</b>	<b>111.857</b>	<b>25.132</b>	<b>31.134</b>	<b>26.017</b>	<b>157.006</b>	-	<b>1.683.980</b>

A movimentação do ano é composta, conforme segue:

	2012	2013			Total
		Adição	Baixas	Juros	
Redução de capital (i)	162.285	-	-	13.696	175.981
CFEM - compensação financeira (ii)	15.517	14.947	-	5.680	36.144
Outros	508	131	(79)	17	577
<b>Total</b>	<b>178.310</b>	<b>15.078</b>	<b>(79)</b>	<b>19.393</b>	<b>212.702</b>

**(i) Redução de capital**

A Sociedade foi atuada pela redução de seu capital social realizada em 22 de julho de 1999. Em 16 de abril de 2003, a Sociedade recebeu a Citação nº 021/2003 da Receita Federal, exigindo o pagamento deste auto de infração. Objetivando suspender a exigibilidade do crédito tributário, a Sociedade depositou judicialmente o montante de R\$ 316.011 em maio de 2003, para dar prosseguimento a esta causa na esfera judiciária.

Em 27 de maio de 2009 foi publicada a Lei nº 11.941/2009, instituindo benefícios para pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em 30 de novembro de 2009 a Sociedade optou por descontinuar o processo judicial e protocolou junto à Receita Federal de Santarém (PA), a adesão ao programa, constituindo em sua contabilidade a provisão para liquidação do processo.

Em 30 de dezembro de 2010, devido a novos entendimentos por parte da Receita Federal do valor devido, a Sociedade complementou a provisão em R\$ 74.139.

Em 18 de julho de 2011 o juiz da 22ª Vara Federal decidiu pela emissão de alvará de levantamento de depósito em favor da MRN no valor de R\$ 277.622 e em conversão em renda para União no valor de R\$ 221.903.

A Sociedade recebeu em 25 de janeiro de 2012 o valor de R\$ 7.453, referente à remuneração da parte incontroversa do processo redução de capital, e R\$ 7.962 foi resgatado pela Receita Federal e baixado contra a provisão, permanecendo em depósito judicial o valor atualizado até 31 de dezembro de 2013 de R\$ 175.981 (R\$ 162.285 em 31 de dezembro de 2012), para o qual a Sociedade mantém provisão para perdas em valor equivalente (Nota nº 12). A liberação deste valor depende do julgamento a ocorrer do agravo interposto pela Sociedade quanto à correta aplicação dos benefícios da Lei nº 11.941/2009.

**(ii) CFEM - compensação financeira**

Os valores referentes à CFEM depositados judicialmente pela Sociedade em razão da exploração do platô Bela Cruz, para o qual a Sociedade mantém passivo correspondente registrado como impostos a recolher em valor equivalente (Nota nº 11). Há indefinição, em campo, dos limites entre os municípios de Terra da Santa e Oriximiná, o que impossibilita a expedição correta da guia de depósito via site do DNPM. Até que haja uma decisão por parte da Justiça em relação ao assunto, informa-se que os valores estão sendo depositados (mediante ordem judicial), nos autos da Ação Ordinária, Processo nº 401-45.2012.4.01.3902, que tramita na Vara Federal de Santarém (PA).

(CONTINUA)



(CONTINUAÇÃO)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)**

O saldo de imobilizações em curso refere-se às obras e equipamentos, relativos às operações da Sociedade, em fase final de construção ou montagem.

(i) O ativo imobilizado em curso está assim representado pelos principais projetos:

Projetos	2013	2012
Mudança no peneiramento	90.838	43.577
Abertura da mina – Monte Branco	40.233	252.077
Construção do reservatório de rejeitos	14.211	8.143
Restabelecimento da ferrovia	13.179	6.921
Linha de transmissão	12.627	7.901
Pesquisa geológica platôs	6.941	5.052
Abertura da mina Teófilo/ Cipo	3.481	1.730
Licenciamento zona Oeste	2.666	-
Drenagem de minas	2.622	2.101
Licenciamento Greig e Aramã	2.357	-
Licenciamento Cruz Alta	2.046	2.046
Licenciamento zona Leste	1.613	1.613
Substituição lavadores rotativos e componentes	1.321	1.336
Repotenciamento CTLD aviso	-	11.096
Central de tratamento de resíduos	-	5.042
Adequação instalações elétricas à NR10	-	2.205
Juros e correção monetária capitalizados	3.517	8.692
Outros projetos	11.337	14.337
<b>Total</b>	<b>208.989</b>	<b>373.869</b>

Na rubrica de imobilizado em curso, são registrados ao custo de aquisição ou construção, os juros, e correções monetárias, capitalizados durante o período de exploração das jazidas, nos valores de R\$ 10.249 em 2013 (R\$ 8.122 em 31 de dezembro de 2012), totalizados em R\$ 3.517, na data de encerramento das demonstrações contábeis.

### 8. Intangível

O ativo intangível era composto como segue:

	Taxas de amortização (%)	2013		2012	
		Custo	Amortização acumulada Líquido	Custo	Amortização acumulada Líquido
Softwares	20%	29.598	(26.258) 3.340	27.991	(24.925) 3.066
<b>Total do intangível</b>	-	<b>29.598</b>	<b>(26.258) 3.340</b>	<b>27.991</b>	<b>(24.925) 3.066</b>

	Custo de software		Amortização	
	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2012
Adições	1.637	Adições 1.358		
Baixas	(30)	Baixas (25)		
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>29.598</b>	<b>Saldo em 31/12/2013 26.258</b>		

### 9. Tributos a compensar

	31/12/2013	31/12/2012
ICMS	17.220	17.199
PIS	6.660	2.924
COFINS	30.682	13.470
<b>Total</b>	<b>54.562</b>	<b>33.593</b>
Circulante	7.829	5.817
<b>Não circulante</b>	<b>46.733</b>	<b>27.776</b>

Os valores a compensar referem-se aos tributos pagos na aquisição dos bens ligados diretamente ao processo produtivo, que poderão ser deduzidos do tributo devido dentro do prazo previsto pela legislação. A variação do saldo em 2013 está relacionado à incorporação da obra de abertura do platô Monte Branco.

### 10. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2013	31/12/2012
Moeda estrangeira	494.401	307.226
Moeda nacional	190.058	188.200
<b>Total</b>	<b>684.459</b>	<b>495.426</b>
Total circulante	373.579	204.277
<b>Total não circulante</b>	<b>310.880</b>	<b>291.149</b>

Os valores em moeda estrangeira correspondem a dólares norte-americanos captados para aquisição de máquinas e equipamentos, e os adiantamentos sobre contratos de câmbio para exportações futuras.

Os referidos financiamentos estão resumidos como segue:

Instituição	31/12/2013	31/12/2012	Data de captação	Vencimento	Encargos
WestLB	-	13.635	02/2008	08/2009 a 02/2013	LIBOR + 0,65%
Brasil	87.781	84.315	08/2013	08/2014	LIBOR + 0,53%
Bradesco	140.278	16.768	07/2013	08/2014	LIBOR + 0,50%
Finem	78.579	69.651	03/2010	01/2017	UMBNDDES + 0,60%
WestLB	-	122.857	11/2011	11/2016	LIBOR + 1,95%
Mizuho	187.763	-	04/2013	02/2017	LIBOR + 1,70%
<b>Total</b>	<b>494.401</b>	<b>307.226</b>			

Os valores em moeda nacional são compostos como se segue:

Instituição	31/12/2013	31/12/2012	Data de captação	Vencimento	Encargos
FINAME	12.906	17.489	09/2008	10/2018	4,50%
Bradesco-hedge	-	77	11/2008	02/2013	3,98%
Finem	171.618	163.086	03/2010	07/2019	TJLP + 0,55%
Itaú leasing	2.412	7.548	02 a 12/2011	02 a 12/2014	CDI + 2,33%
Itaú leasing	3.122	-	02 a 11/2013	03 a 11/2016	CDI + 1,77%
<b>Total</b>	<b>190.058</b>	<b>188.200</b>			

### Bradesco Hedge

Este contrato é referente a uma operação de swap para hedge de seu fluxo de caixa referente a 50% de seus contratos de pré-pagamento no valor de US\$ 50 milhões. O objetivo desse hedge foi o de trocar sua taxa de juros pós-fixada (LIBOR + 0,65%), por uma taxa pré-fixada de 3,98%, sendo encerrado em fevereiro de 2013.

### FINEM

Esse financiamento foi contratado junto ao BNDES, com o agente financeiro do Banco Itaú BBA, com o objetivo de apoiar as atividades de abertura das minas Bacaba, Bela Cruz e Monte Branco.

### Garantias

Os financiamentos da FINAME e FINEM estão garantidos pelas máquinas e equipamentos financiados. Os demais financiamentos internos e externos não possuem garantias reais. Os adiantamentos de contrato de câmbio estão garantidos pelos recebíveis das exportações. Adicionalmente, os contratos externos preveem que, na ocorrência de alterações nas leis do País da Sociedade que possam tornar qualquer parte do acordo de financiamento como inválido ou ilegal, o saldo devedor será considerado como vencido, devendo a Sociedade liquidá-lo dentro de 10 dias da ocorrência das alterações na legislação local.

### Mizuho

Em 16/04/2013 a Sociedade contratou novo empréstimo junto ao Mizuho no valor de US\$ 80 milhões, em substituição ao empréstimo com a instituição WestIB, para suportar os investimentos de longo prazo para abertura de novas minas.

O contrato de financiamento com a instituição financeira Mizuho possui cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (covenants) como forma de monitoramento da capacidade financeira da Sociedade em cumprir com os compromissos da dívida.

Os covenants a serem cumpridos pelo contrato são:

- a) a razão da sua dívida financeira líquida com o EBITDA (calculada com base nos quatro trimestres fiscais mais recentes encerrados) deve ser menor ou igual a 4,0, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Dívida financeira líquida	678.753	489.061
EBITDA	318.921	309.353
<b>(=) Índice</b>	<b>2,1</b>	<b>1,6</b>

- b) a razão do seu EBITDA (calculada com base nos quatro trimestres fiscais mais recentes encerrados) com o resultado financeiro líquido para esse período não deve ser inferior a 5,0:

	31/12/2013	31/12/2012
EBITDA	318.921	309.353
Resultado financeiro líquido	12.843	12.014
<b>(=) Índice</b>	<b>24,8</b>	<b>25,7</b>

Todos os covenants descritos são calculados com base nas demonstrações contábeis da Sociedade e vêm sendo atendidos.

O contrato com o Banco WestIB apresentava cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (covenants), sendo a razão da sua dívida financeira líquida com o EBITDA de 3,0 (item "a"), e a razão do seu EBITDA com o resultado financeiro líquido do período também de 5,0 (item "b").

### Itaú Leasing

Os contratos de arrendamentos de leasing estão compostos da seguinte forma:

Número dos contratos	31/12/2013	31/12/2012	Vencimentos	Encargos e atualizações
4569517	328	1.963	02/02/14	2,33% a.a. + CDI
4569518	184	1.069	15/02/14	2,33% a.a. + CDI
4569519	141	489	25/04/14	2,33% a.a. + CDI
4569554	160	936	02/02/14	2,33% a.a. + CDI
4569555	1.410	2.437	02/12/14	2,33% a.a. + CDI
4569857	189	654	12/04/14	2,33% a.a. + CDI
4577047	24	-	14/03/16	1,77% a.a. + CDI
4578940	1.202	-	08/10/16	1,77% a.a. + CDI
4580594	1.446	-	17/09/16	1,77% a.a. + CDI
4580595	259	-	02/10/16	1,77% a.a. + CDI
4580679	191	-	06/11/16	1,77% a.a. + CDI
<b>Total</b>	<b>5.534</b>	<b>7.548</b>		

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)**

Os pagamentos mínimos futuros do arrendamento mercantil financeiro, o valor presente destes pagamentos, bem como o saldo residual do ativo, imobilizado e intangível, adquirido por meio do arrendamento é como segue:

Descrição	Financiamentos em 31/12/2013		Ativo imobilizado	
	Pagamentos mínimos futuros	Valor presente dos pagamentos mínimos futuros	Valor residual em 2013	Valor residual em 2012
Veículos	6.283	5.534	10.877	9.888
<b>Total</b>	<b>6.283</b>	<b>5.534</b>	<b>10.877</b>	<b>9.888</b>

A depreciação dos ativos arrendados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 2.163 (R\$ 2.122 em 31 de dezembro de 2012) e os encargos financeiros registrados no resultado do exercício é de R\$ 680 (R\$ 801 em 31 de dezembro de 2012).

A parcela registrada no longo prazo em 2013 dos financiamentos terá os seguintes vencimentos:

	FINEM moeda estrangeira	Banco Mizuho	FINAME	FINEM moeda nacional	Banco Itaú Leasing	Total
2015	25.416	57.664	2.008	26.926	1.050	<b>113.064</b>
2016	25.416	57.664	2.008	26.926	832	<b>112.846</b>
2017	2.119	9.611	2.008	26.926	-	<b>40.664</b>
2018	-	-	1.672	26.926	-	<b>28.598</b>
2019	-	-	-	15.708	-	<b>15.708</b>
<b>Total</b>	<b>52.951</b>	<b>124.939</b>	<b>7.696</b>	<b>123.412</b>	<b>1.882</b>	<b>310.880</b>

### 11. Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher era composto como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
CFEM – compensação financeira a recolher	41.672	19.712
PIS e COFINS a recolher	-	1.911
ICMS a recolher	1.571	1.356
TFRM – taxa de fiscalização de recursos minerais a recolher	2.257	1.726
Outros impostos a recolher	3.180	3.233
<b>Total</b>	<b>48.680</b>	<b>27.938</b>

Circulante 12.536 12.421

**Não circulante (i) 36.144 15.517**

(i) Valores referentes à compensação financeira – CFEM, referente à exploração do platô Bela Cruz (detalhes na Nota nº 6 ii).

### 12. Provisão para contingências

O saldo de provisão para contingências era composto como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Redução de capital	175.981	162.285
CFEM	44.251	40.733
Indenizações trabalhistas	218	280
Honorários advocatícios	2.371	4.348
Outras provisões para contingências	4.547	3.872
<b>Total</b>	<b>227.368</b>	<b>211.518</b>

Resumo	2012	2013					Total
		Adições	Reversão	Utilizações	Atualizações	Subtotal	
Cíveis	4.348	420	(219)	(2.255)	77	(1.977)	2.371
Fiscal	206.890	2.247	-	-	15.643	17.889	224.779
Trabalhistas	280	17	-	(100)	21	(62)	218
<b>Total</b>	<b>211.518</b>	<b>2.684</b>	<b>(219)</b>	<b>(2.355)</b>	<b>15.740</b>	<b>15.850</b>	<b>227.368</b>

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Provisões para contingências constituídas pela Sociedade:

#### Cíveis

Envolvem registros de honorários advocatícios para todas as causas com probabilidade de perda que não forem prováveis.

#### Fiscais

A Sociedade mantém em disputa judicial a parte controversa da aplicação dos benefícios fiscais da Lei nº 11.941/2009 sobre seu processo de redução de capital, estando estes valores provisionados. Detalhes sobre esse processo podem ser vistos na Nota nº 6.

Existem também a título de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) valores que são questionados pelo DNPM sobre a alegação de que a Sociedade deduziu gastos indevidos na sua base de cálculo.

### Trabalhistas

Existem atualmente apenas três processos trabalhistas, cujas chances de perda são classificadas como prováveis, e seus impactos estão provisionados no montante de R\$ 218.

### Contingências possíveis

As contingências, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, classificadas como perda possível e, portanto, não registradas nas demonstrações contábeis, estão apresentadas como segue:

	2013	2012
Civil	4.825	5.499
Trabalhista	2.154	1.296
Tributária (i)	13.978	108.897

#### (i) Tributária

Atuação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em virtude de a Sociedade abater da base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) o ICMS, o PIS e a COFINS sobre faturamento. O entendimento do DNPM seria que estes tributos deveriam ser abatidos pelo valor líquido a pagar, ou seja, o valor dos impostos sobre o faturamento deduzido dos créditos relacionados à entrada de insumos.

Destacamos que a perspectiva de liquidação do saldo do passivo circulante prevalece idêntica para os respectivos exercícios de 2013 e de 2012.

### 13. Provisão para reflorestamento e fechamento de minas

As obrigações da Sociedade com reflorestamento e fechamento de mina estão relacionadas com a obrigação de restaurar a floresta durante o processo de exploração do minério de bauxita, bem como de remover as instalações para as quais não se prevê uso, quando do término das operações. O trabalho de revisão dos gastos futuros com estas obrigações é realizado a cada 2 anos. Com as entradas de novas áreas em operação a partir de 2011 (Mina de Bela Cruz, Monte Branco e instalações do aviso), que suportarão as operações de lavra do minério nos anos futuros, em 2012 o plano foi revisado em conjunto com empresas especialistas de mercado SNC Lavalin – Minerconsul e STCP Engenharia de Projetos Ltda. Como resultado dos trabalhos de revisão de quantitativos, preços e inclusão das novas áreas, a Sociedade registrou no imobilizado o valor presente de R\$ 356.361 adicionando este valor à provisão de reflorestamento e fechamento de mina classificada no passivo circulante e não circulante de acordo a data do desembolso de caixa estimado para a ocorrência das atividades de reflorestamento e fechamento de mina.

Durante o exercício de 2013 a Sociedade efetuou gastos com movimentação de Terra Vegetal e reflorestamento de 272 ha e 241 ha respectivamente, todas alinhadas com as estimativas de desembolsos previstas na provisão.

A provisão para reflorestamento e fechamento de minas apresentou a seguinte evolução:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Saldo inicial</b>	<b>420.202</b>	<b>70.882</b>
Movimentações	-	-
Imobilizado	-	356.361
Atualização monetária	40.349	6.073
Pagamentos	(28.934)	(13.114)
<b>Saldo final</b>	<b>431.617</b>	<b>420.202</b>
Circulante	35.689	36.517
<b>Não circulante</b>	<b>395.928</b>	<b>383.685</b>

### 14. Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade vem gozando de redução do imposto de renda (IRPJ) sobre a parcela dos lucros provenientes das operações de exploração, com base em limites variáveis de produção. O prazo da redução fiscal se extinguiu em 31/12/2013, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10/12/1997.

A Sociedade protocolou em 02/12/2013 o projeto técnico-econômico da modalidade “Modernização total”, para fins do reconhecimento do direito a redução de 75% do Imposto de Renda durante o período de 10 anos (2014 a 2024).

Em 31/12/2013 e de 2012, o imposto de renda e a contribuição social apurados foram:

	2013			2012		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	80.566	80.566	-	152.308	152.308	-
(%)	25	9	-	25	9	-
Despesa de imposto de renda e da contribuição social	(20.142)	(7.251)	(27.393)	(38.077)	(13.708)	(51.785)

#### Itens de reconciliação dos impostos

Isenção de imposto de renda	489	-	-	875	-	-
Doações/ PAT	1.359	-	-	2.426	-	-
Outras adições/exclusões permanentes	(1.040)	(383)	-	(2.288)	(833)	-
Despesa registrada na demonstração do resultado	(19.334)	(7.634)	(26.968)	(37.064)	(14.541)	(51.605)
Corrente	(24.743)	(9.581)	(34.324)	(41.515)	(16.143)	(57.658)
Diferido	5.409	1.947	7.356	4.451	1.602	6.053

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)**

Os valores de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferidos passivos, registrados nas demonstrações contábeis são provenientes de diferenças temporárias sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais (Nota nº 6) a serem recolhidas quando finalizadas as ações em curso e aos valores referentes às provisões para contingências adicionadas no cálculo do imposto.

Os valores apresentados no balanço patrimonial são demonstrados a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Impostos diferidos ativos</b>		
Adições temporárias de provisões contingenciais e outros	291.256	253.965
Alíquota oficial	34%	34%
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>99.027</b>	<b>86.348</b>
<b>Impostos diferidos passivos</b>		
Atualização monetária dos depósitos judiciais	193.803	178.150
Instrumentos derivativos	-	3.497
Alíquota oficial	34%	34%
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>65.893</b>	<b>61.760</b>

**15. Patrimônio líquido**
**a) Capital**

Em 31/12/2013 e de 2012, o capital autorizado da Sociedade era de R\$ 502.283. O capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 488.484 (R\$ 488.484 em 2012), está representado por 200.000.000.000 de ações ordinárias e 400.000.000.000 de ações preferenciais, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2013			
	Ações ordinárias (*)		Ações preferenciais (*)	
	Ações	%	Ações	%
Vale S.A.	80.000	40,0000	160.000	40,0000
Alcan Alumina Ltda.	25.000	12,5000	47.000	11,7500
BHP Billiton Metais S.A.	25.000	12,5000	63.800	15,9500
Companhia Brasileira de Alumínio	25.000	12,5000	35.000	8,7500
Alcoa Alumínio S.A.	16.250	8,1250	35.230	8,8075
Alcoa World Alumina LLC	10.000	5,0000	20.000	5,0000
Norsk Hydro Brasil Ltda.	10.000	5,0000	20.000	5,0000
Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	8.750	4,3750	18.970	4,7425
	<b>200.000</b>	<b>100,0000</b>	<b>400.000</b>	<b>100,0000</b>

(\*) Milhões de ações.

O acionista que detiver um mínimo de 5% das ações ordinárias tem direito a indicar um membro no Conselho de Administração, e cada ação ordinária dá direito a um voto nas decisões tomadas pela Assembleia Geral dos Acionistas.

**b) Reserva de capital**

A reserva de capital é composta pelo valor de R\$ 6.829, referente a incentivos fiscais FINAM.

**c) Ajuste de avaliação patrimonial**

A Sociedade contabilizou na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" em 2012 o valor de R\$ 2.309, correspondente à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulada resultante das variações no valor justo dos instrumentos de "hedge" contratados para "hedge" de fluxo de caixa (detalhes na Nota nº 2). Todos os contratos venceram em 31/12/2013, não sendo renovados para o próximo exercício.

**d) Reserva de lucro**
**d.1) Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A Sociedade vem constituindo a reserva legal seguindo as disposições constantes na Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2013 a Sociedade não destinou valor para reserva legal já que o saldo desta reserva atingiu o limite de 20% do capital social:

	2013	2012
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>97.697</b>	<b>94.820</b>
Movimentação	-	2.877
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>97.697</b>	<b>97.697</b>

**d.2) Reserva de incentivos fiscais**

A Sociedade destinou para conta de "Reserva de incentivo fiscal" o valor de R\$ 489 (R\$ 875 em 31 de dezembro de 2012) apurados sobre lucro da exploração do cálculo do IRPJ pela sistemática do lucro real. O valor destinado para essa reserva não foi incluído na base de cálculo do dividendo anual mínimo.

**d.3) Destinação do lucro**

A proposta de destinação do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Resultado líquido do exercício	53.598	100.703
Constituição da reserva legal	-	(2.877)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(489)	(875)
Constituição da reserva de retenção de lucros	(14.241)	(55.343)
Dividendos mínimos obrigatórios	38.868	41.608

**e) Dividendos**

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo obrigatório, a cada exercício social, de 6% calculado sobre o patrimônio líquido ajustado, nos termos do Artigo 202, da Lei nº 6.404/1976. A diretoria executiva, após a constituição das reservas obrigatórias, está destinando para rubrica no passivo de dividendos a pagar o valor de R\$ 38.868 (R\$ 41.608 em 2012).

**16. Receita**

A conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é a seguinte:

Receita bruta de vendas	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta - partes relacionadas (Nota nº 17)	1.048.584	1.034.562
Receita bruta - terceiros	16.097	-
Resultado instrumentos derivativos vendas MI	(8.605)	(1.378)
	<b>1.056.076</b>	<b>1.033.184</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>		
Impostos incidentes sobre a venda	(109.832)	(116.045)
Receita operacional líquida	<b>946.244</b>	<b>917.139</b>

**17. Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas durante os exercícios estão refletidas nas demonstrações contábeis, como segue:

**a) Vendas de minério**

Receita bruta	31/12/2013	31/12/2012
Alcan Alumina Ltda.	128.531	54.571
Rio Tinto Alcan Inc.	89.811	148.587
Alcoa Alumínio S.A.	4.613	20.182
Alcoa World Alumina Ltda.	-	15.123
Alcoa World Alumina LLC - A.W.A.	139.331	113.684
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	273.911	335.613
BHP Billiton Metais S.A.	134.211	183.530
BHP BMAG	49.390	-
Vale International	839	-
Norsk Hydro Brasil	5.897	-
Hydro Aluminium	222.050	163.272
<b>Total da receita bruta com partes relacionadas (Nota 16)</b>	<b>1.048.562</b>	<b>1.034.562</b>

Mercado interno 547.163 609.019

**Mercado externo 501.421 425.543**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em 31 de dezembro de 2013, as vendas com partes relacionadas representaram 98,46% do total das vendas.

**b) Contas a receber**

	31/12/2013	31/12/2012
Alcan Alumina Ltda.	10.709	7.118
Rio Tinto Alcan Inc.	2.294	13.490
Alcoa Alumínio S.A.	-	201
Alcoa World Alumina LLC - A.W.A.	13.136	14.171
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	25.412	48.973
BHP Billiton Metais S.A.	4.587	6.244
BHP Billiton Marketing AG	4.792	-
Norsk Hydro Brasil	33	-
Hydro Aluminium	29.592	17.504
<b>Total de contas a receber de partes relacionadas</b>	<b>90.555</b>	<b>107.701</b>

Mercado interno 40.741 62.536

**Mercado externo 49.814 45.165**

Esses saldos são resultantes de transações comerciais e vêm sendo liquidados regularmente nos prazos de vencimento em valor atual atualizado pela variação cambial.

**c) Despesas com administradores**

Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e dos respectivos encargos sociais e estão registrados na rubrica de despesas gerais e administrativas. Esses diretores não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade registrou como despesas com seus administradores um total de R\$ 2.241 (R\$ 1.835 em 31 de dezembro de 2012).

**d) Caixa e equivalentes de caixa - com partes relacionadas**

Esses valores correspondem basicamente às aplicações financeiras de liquidações inferiores a 360 dias, e com taxas e remunerações a valores de mercado, junto ao Banco Votorantim, parte relacionada do Grupo Companhia Brasileira de Alumínio (CBA):

Modalidade	Remuneração	Vencimentos das aplicações de 2013	31/12/2013		31/12/2012	
			31/12/2013	31/12/2012		
Aplicações Debentures	100,05% do CDI	20/10/2014	721	2.078		
<b>Total</b>			<b>721</b>	<b>2.078</b>		

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais)**

<b>18. Custo dos produtos vendidos (por natureza)</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Serviços	(179.587)	(175.788)
Pessoal	(125.216)	(109.680)
Combustível	(159.690)	(153.220)
Materiais	(93.567)	(97.524)
Depreciações e amortizações	(126.699)	(116.604)
Taxa de Fiscalização dos Recursos Minerários - TFRM	(21.202)	(15.410)
Outros	(5.774)	(11.601)
<b>Total</b>	<b>(711.735)</b>	<b>(679.827)</b>

  

<b>19. Despesas gerais e administrativas (por natureza)</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Despesas administrativas com pessoal	(11.065)	(8.729)
Despesas administrativas com serviços	(10.852)	(10.797)
Despesas administrativas com materiais	(59)	(85)
Depreciações e amortizações	(371)	(322)
Outros	(286)	(501)
<b>Total</b>	<b>(22.633)</b>	<b>(20.434)</b>

  

<b>20. Outras receitas/ (despesas) operacionais</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Reversão de provisões constituídas	219	8
Constituição de provisões	(8.823)	(15.627)
Despesa tributos	(3.178)	(4.201)
Resultado líquido de ativo imobilizado baixado	(90)	(1.386)
Doações	(823)	(1.447)
Despesas LOMP (i)	(2.076)	-
Despesas com seguro	(1.372)	(91)
Outras despesas	(3.883)	(1.706)
<b>Total</b>	<b>(20.026)</b>	<b>(24.450)</b>

**(i) Despesas com LOMP – Life of Mine Plan**  
Plano de Vida da Mina – referem-se aos gastos relacionados com estudos da metodologia mais eficaz de transporte do minério localizado nos platôs da Zona Oeste, com distância de 40 km da planta de beneficiamento.

<b>21. Resultado financeiro</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicações financeiras	490	1.818
Depósitos judiciais	19.393	15.286
Outros	54	24
<b>Total</b>	<b>19.937</b>	<b>17.128</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de empréstimos	(13.333)	(13.833)
Atualização monetária fechamento de mina	(40.349)	(6.073)
Atualização monetária contingências (i)	(15.740)	(17.351)
Atualização monetária impostos a recolher CFEM	(5.680)	(509)
Outros	(2.189)	(2.871)
<b>Total</b>	<b>(77.291)</b>	<b>(40.637)</b>
<b>Variações cambiais</b>		
Ativas	7.192	3.819
Passivas	(61.122)	(20.430)
<b>Total</b>	<b>(53.930)</b>	<b>(16.611)</b>

**(i)** Valores referentes à atualização monetária da provisão para reflorestamento e fechamento de mina (detalhes na Nota nº 13).

**22. Instrumentos financeiros**  
A Sociedade contratou em maio de 2012 instrumentos derivativos de hedge com o objetivo de proteção para 80% da expectativa de fluxo de caixa em reais com suas vendas do mercado interno denominadas em USD em caso de eventual variação significativa da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

As contrapartes destes instrumentos financeiros derivativos são instituições financeiras localizadas no Brasil.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade apurou uma perda nas operações de hedge no montante de R\$ 8.605. A perda, que está inclusa em receita bruta de vendas, é referente à parte da variação do valor justo dos instrumentos derivativos excluídos da avaliação da eficácia da cobertura.

Não houve novas contratações de instrumentos derivativos de hedge no exercício de 2013, sendo todos os contratos realizados, remanescendo apenas um saldo de R\$ 3.887 (R\$ 371 em 2012) a pagar registrado no passivo circulante.

**23. Gestão de riscos**
**a) Gestão de risco financeiro**
**Fatores de risco financeiro**

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Sociedade, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Sociedade contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

**a.1) Risco de mercado**

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

**i) Risco cambial**

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Sociedade em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de proteção cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco. Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Sociedade, bem como fluxos de caixa futuros.

**ii) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado e pela Libor, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

**iii) Análise de sensibilidade**

Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Sociedade desenvolveu uma análise de sensibilidade com mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ ou nos fluxos de caixa futuros da Sociedade, conforme descrito a seguir:

- cenário-base: manutenção dos níveis de risco principal do instrumento financeiro observados em 31 de dezembro de 2013;
- cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2013;
- cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2013.

**Premissas**

A Sociedade entende que está exposta, principalmente, aos riscos de variação da LIBOR, da TJLP, LME e da variação do câmbio, dólar norte-americano, os quais impactam sobre parte substancial dos empréstimos, financiamentos e faturamento. Nesse sentido, na tabela a seguir estão demonstradas as taxas utilizadas nos cálculos de análise de sensibilidade:

<b>Premissas</b>	<b>Cenário-base</b>	<b>Cenário adverso</b>	<b>Cenário remoto</b>
Elevação da LIBOR	0,90%	1,12%	1,35%
Elevação da TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Queda LME	1.900,00	1.425,00	950,00
Valorização do real diante do dólar norte-americano	2,27	1,70	1,14

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Base</b>	<b>Cenários Adverso</b>	<b>Remoto</b>
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação da LIBOR	Alta da LIBOR	(2.000)	(2.062)	(2.124)
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação da TJLP	Alta da TJLP	(2.173)	(2.716)	(3.259)
Exposição líquida ao LME	Queda LME	539	(20.363)	(41.295)
Exposição líquida ao dólar	Queda do dólar	(10.728)	(94.590)	(178.451)

Na tabela anterior estão demonstrados os efeitos (líquido dos impostos) dos juros e da variação dos indexadores até o encerramento do próximo exercício.

**a.2) Risco de crédito**

A Sociedade está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

**a.3) Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

(CONTINUA)

### Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos bancários da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

	2014	2015	2016	2017	2018
Fornecedores	62.228	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	375.579	113.064	112.846	40.664	28.598
<b>Total</b>	<b>435.807</b>	<b>113.064</b>	<b>112.846</b>	<b>40.664</b>	<b>28.598</b>

### b) Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Apresentamos a seguir quadro demonstrando a posição financeira líquida, em 31 de dezembro de 2013:

	R\$
Ativos financeiros	5.706
(-) Passivos financeiros	(684.459)
<b>(=) Posição financeira líquida</b>	<b>(678.753)</b>

A Sociedade mantém controle sobre o nível de endividamento e sua posição em 31 de dezembro de 2013 encontra-se dentro dos níveis máximos permitidos pela Sociedade.

### c) Exposição cambial

Apresentamos a seguir, a exposição cambial, em 31 de dezembro 2013:

	R\$
Ativos expostos à variação cambial	97.336
(-) passivos expostos à variação cambial	(494.401)
<b>(=) Exposição cambial líquida</b>	<b>(397.065)</b>

A exposição cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes, atrelados à moeda estrangeira.

Os passivos expostos são decorrentes de empréstimos e possuem longo prazo de amortização, e seu pagamento estão garantidos pela geração de caixa da Sociedade nos próximos anos.

### d) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2013, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes".

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

### 24. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade mantinha cobertura de seguros para os bens do ativo, conforme demonstrado a seguir:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura
<b>Riscos nomeados</b>		
Riscos operacionais (danos materiais e perda de produção)	31/10/2014	VR <sup>1</sup> : 3.483.981 LMI <sup>2</sup> : 348.000
Responsabilidade civil geral (morais e falhas profissionais)	31/10/2014	20.000
Transporte nacional (perdas e danos)	01/08/2014	10.000
Transporte internacional (perdas e danos)	01/08/2014	23.426
Vida em grupo (morte por acidentes - 48 x o salário)	31/07/2014	Até 1.680 mais APC até 250
Vida em grupo (morte natural - 24 x o salário)	31/07/2014	Até 840
Responsabilidade civil diretores e administradores - D&O	20/06/2014	19.592
Cascos marítimos (balsas)	07/05/2014	450
Operações aeroportuárias	09/12/2014	117.130
<b>Risco de engenharia e responsabilidade civil obras</b>		
Beneficiamento e ferrovia	31/03/2014	VR: 93.268 LMI: 79.956 Limite RC: 20.000
Frota de veículos leves	09/05/2014	11.277
Garantia judicial (CFEM)	21/05/2015	IS: 4.558
	19/12/2017	IS: 143.171

1) Valor do risco;

2) Limite máximo de indenização.

### 25. Fundo de previdência

O programa de previdência da MRN é composto dos seguintes fundos:

- Fundo Gerador de Benefícios (FGB), destinado a empregados participantes do FGB-PAS, como alternativa para migrar suas reservas;
- Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), destinado a todos os empregados da MRN e como alternativa para que os participantes do antigo FGB-PAS migrem suas reservas;
- Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL), para todos os empregados que desejarem formar um fundo nesta modalidade.

O programa foi constituído sob a forma de contribuição definida e, portanto, não há riscos atuariais e/ ou compromissos adicionais que possam ser atribuídos à patrocinadora.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade registrou como despesas as contribuições no montante de R\$ 3.389 (R\$ 2.974 em 31 de dezembro de 2012).

### 26. Eventos subsequentes

#### Medida Provisória nº 627/13

Em novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 ("Medida Provisória nº 627/13"), a qual entre outras disposições revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, alterou a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o PIS/PASEP, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e dispôs sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

Estas alterações entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2015 (1º de janeiro de 2014, para as empresas que optarem por sua adoção antecipada) e tiveram como principal objetivo garantir neutralidade fiscal diante das alterações introduzidas na contabilidade durante o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e extinguir Regime Tributário de Transição (RTT).

Esta medida provisória tem eficácia de lei por 60 dias, a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogada por um período adicional de 60 dias. Se espera que o Congresso aprove a Medida Provisória dentro desse prazo (ou seja, 120 dias após sua publicação). Se o Congresso não aprovar a Medida Provisória nº 627 nesse período de 120 dias, a referida Medida Provisória nº 627 não terá mais eficácia como lei, mas o Congresso deverá abordar os efeitos da medida provisória durante o período da sua vigência. Também é possível que alguns dos tópicos abordados pela Medida Provisória nº 627 sejam alterados se e quando a medida provisória for convertida em lei, quando da sua aprovação pelo Congresso.

A Administração da Sociedade revisou os possíveis efeitos sobre suas operações e não espera efeitos relevantes sobre as mesmas, no entanto, irá aguardar a regulamentação da Lei para definir se fará opção pela adoção antecipada desta medida provisória.

### 27. Aprovação de emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria Executiva em 21 de janeiro de 2013.

\* \* \*

### Conselho de Administração

Hélio Cabral Moreira – Presidente

Ronaldo Del Buono Ramos – Conselheiro

Christian Medeiros da Fonseca Costa – Conselheiro

Sergio Eduardo Santos – Conselheiro

Aquilino Paolucci Neto – Conselheiro

José Carlos Danza Errico – Conselheiro

Adriano Augusto da Costa Campos – Conselheiro

Otávio Augusto Rezende Carvalheira – Conselheiro

### Diretoria executiva

Silvano de Souza Andrade – Diretor Presidente

Paulo Molero Ariza – Diretor de Administração e Finanças

Octavio Cezar Cunha da Silva  
Contador CRC-PA 013735/O -0  
CPF 758.618.442-91

(CONTINUAÇÃO)

Aos:  
Acionistas e administradores da  
Mineração Rio do Norte S.A.  
Oriximiná – PA

Examinamos as demonstrações contábeis da Mineração Rio do Norte S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Rio do Norte S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos****Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de janeiro de 2014.

Nelson Fernandes Barreto Filho  
Contador CRC SP-151.079/O-0 "S" – PA

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC SP-025.583/O-1 "S" – PA